

**A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MAGNÍFICO REITOR – RAUL ERNESTO LOPEZ PALACIO**

<p style="text-align: center;">PROTOCOLO</p> <p style="text-align: center;">____/____/____</p> <hr/> <p style="text-align: center;">Recebido</p>

EDITAL: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021 - DO TIPO MENOR PREÇO E REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-260009/002055/2020, CUJO OBJETO DA PRESENTE É A EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DAS COBERTURAS DOS PRÉDIOS PRINCIPAIS DO CAMPUS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, NO VALOR ESTIMADO TOTAL DE R\$ 5.646.050,05 (CINCO MILHÕES, SEISCENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, CINQUENTA REAIS E CINCO CENTAVOS), CONFORME PROJETOS BÁSICOS APROVADOS, CONSTANTE DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUE CONSTITUI OS ANEXOS A.1, A.2 E A.3 E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

AVAL EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI, PESSOA JURÍDICA ESTABELECIDNA NA RUA MANOEL RIBEIRO, 76 – PARQUE AURORA, CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 17.361.345/0001-73, REPRESENTADA NESTE ATO POR: ANDRÉIA DA SILVA VASQUES ALVES, JÁ QUALIFICADA NOS AUTOS, VEM RESPEITOSAMENTE COM BASE NO ITEM: 1.5 – **INTERPOR A PRESENTE IMPUGNAÇÃO CONTRA A EXIGÊNCIA QUANTITATIVA EM SUA RELEVANCIA TÉCNICA, PARA PARTICIPAR DO REFERIDO CERTAME A QUAL REQUER SEJA RECEBIDO E, APÓS ANALISADO **REFORME O EDITAL** QUANTO AS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS QUANTITATIVAS PARA O REFERIDO CERTAME, PELOS FUNDAMENTOS E/OU ARGUMENTOS QUE IREMOS APRESENTAR SEGUIR:**

DAS RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

O artigo 3º da Lei nº 8.666/93, determina que:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes sejam correlatos. (grifamos)

1. PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

É de se assinalar que a presente insurreição encontra-se tempestiva, uma vez que protocolada dentro do prazo e levando em consideração que o certame está marcado para o dia 11/05/2021.

Há de se registrar ainda que a insurreição encontra-se amparada pelo diploma legal das licitações, qual seja o art. 41 da Lei n.º 8.666/93.

DAS NOSSAS COLOCAÇÕES

A questão que está sendo enfocada gira em torno da licitude da exigência editalícia da comprovação da capacidade técnica específica da empresa, que é feita por meio de atestados de sua experiência anterior, medida pelo histórico de suas atuações em outros contratos, para a comprovação da capacitação técnico-profissional e operacional, que é decorrente de a licitante possuir em seu quadro permanente pessoal de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes à do objeto licitado.

Nos termos das resoluções que regulamentam as licitações e os contratos das entidades do sistema S, a exemplo da resolução cdn nº 213 (sistema sebrae), a comprovação da qualificação técnica dos licitantes poderá ser feita com a apresentação de "documentos comprobatórios de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação" (art. 12, inc. II, alínea "b").

O atestado de capacidade técnica é um dos documentos que podem ser exigidos, pois sua finalidade é demonstrar que a empresa tem as condições técnicas mínimas indispensáveis para a execução do objeto licitado. Conforme disposto na Resolução citada, os atestados deverão apresentar informações referentes à experiência anterior na execução de objetos similares em características, quantidades e prazos.

Em relação à exigência de quantitativos nos atestados, as resoluções não apresentam considerações acerca de eventuais limites. Em uma primeira leitura, seria possível concluir que as entidades poderiam exigir em seus editais que os atestados demonstrassem a realização anterior de objeto similar nas mesmas quantidades licitadas. Entretanto, tal interpretação não é a mais adequada, considerando os princípios que devem nortear as contratações realizadas por este órgão, entre os quais o princípio da competitividade.

Assim como a exigência de quantitativos mínimos nos atestados aumentará a segurança da entidade na contratação, tendo em vista que a empresa comprovará a capacidade técnica necessária, também restringirá a competitividade, já que empresas que não possam comprovar tal requisito não poderão participar do certame. Portanto, qualquer restrição à participação deverá estar devidamente justificada no processo de contratação quanto à sua imprescindibilidade para garantir a execução satisfatória do futuro contrato.



A Súmula nº 263 do TCU estabelece alguns limites para a exigência de quantitativos nos atestados, os quais são aplicáveis também às licitações do Sistema S:

*Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente às **parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação** da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, **devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.** (Grifamos.)*

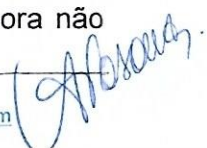
Assim, para a Corte de Contas Federal, a exigência de quantitativos nos atestados deve estar limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, devendo guardar proporção com sua dimensão e complexidade. Não há, portanto, um percentual previamente definido em relação ao quantitativo que poderá ser exigido, devendo a entidade analisar com cautela o objeto que será licitado para, então, decidir motivadamente acerca do quantitativo mínimo, considerando as peculiaridades e as características do objeto.

Entretanto, embora não exista uma referência legal para a exigência de quantitativos mínimos, observa-se, nas decisões do TCU, a orientação de que não deve ser superior a 50% dos quantitativos que serão executados, sob pena de violação aos princípios da razoabilidade e da competitividade. Nesse sentido, seguem trechos de acórdãos do TCU extraídos da ferramenta Zênite Fácil:

No entendimento do TCU, é indevido “exigir número mínimo de atestados de capacidade técnica, bem como a fixação de quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% [...] dos quantitativos dos bens e serviços que se pretende contratar, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação”. Precedentes mencionados na decisão: Acórdãos nºs 737/2012, 1.695/2011, 534/2011, 1.557/2009, 2.143/2007, 1.341/2006, 1.937/2003 e 124/2002, todos do Plenário e 3.157/2004, da 1ª Câmara. (TCU, Acórdão nº 1.052/2012, Plenário, Rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, DOU de 10.05.2012, Informativo nº 104, período de 16 a 20.04.2012.) (ZÊNITE, 2018.)

Trata-se da representação noticiando a ocorrência de irregularidades em licitação visando à aquisição de relógios de ponto. As representantes aduzem a existência de cláusula editalícia restritiva à competitividade do certame, consistente na exigência de comprovação de capacidade técnica por meio da execução pretérita de, no mínimo, 50% do objeto licitado. Relativamente à falha apontada, o Relator ponderou que “a exigência de as licitantes comprovarem a aptidão técnica para fornecer 50% a 60% ou mais do objeto licitado não se demonstrou alinhada à jurisprudência desta Corte”. Isso porque “a já mencionada exigência contraria o entendimento do TCU, consubstanciado no Enunciado 263 da Súmula de Jurisprudência do TCU, no sentido de que a fixação dos quantitativos mínimos deve se restringir aos itens de maior relevância, os quais não foram definidos no certame analisado”. (TCU, Acórdão nº 7.943/2014, 2ª Câmara, Rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, j. em 10.12.2014.) (ZÊNITE, 2018.)

Diante do exposto, considerando as orientações do TCU e os princípios norteadores das licitações, conclui-se ser possível a exigência de quantitativos mínimos nos atestados de capacidade técnica, desde que limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto e desde que guardadas as proporções com sua dimensão e complexidade. Embora não



haja previsão legal acerca do percentual máximo que poderá ser exigido, as decisões do Tribunal de Contas da União orientam que não seja superior a 50% dos quantitativos que serão executados, exceto em situações excepcionais devidamente justificadas no processo de contratação.

Portanto, admite-se exigência de experiência anterior na execução de obras ou serviços similares. Isso envolve uma certa dificuldade, pois a similitude tanto envolve questões “qualitativas” quanto “quantitativas”. Contudo, conclui-se que pode-se avaliar a experiência anterior quer tendo em vista somente a natureza (qualitativa) da atividade.

Vejamos então as exigências impostas em edital:

9.3.5 Quanto à Capacitação Técnico-Profissional:

9.3.5.1 Apresentação de um ou mais Atestados de Responsabilidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA e/ou CAU, e acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA e/ou CAU, em nome de seu(s) responsável(is) técnico(s), de nível superior, legalmente habilitado(s), integrante(s) do quadro permanente da licitante, onde fique comprovada a execução de obras semelhantes ao objeto do presente Edital, limitada esta exigência às seguintes parcelas de maior relevância técnica, as quais não precisam constar simultaneamente do mesmo atestado, cujo(s) responsável(eis) técnico(s) pela obra deverá(ao) ser aquele(s) indicado(s) no subitem 9.3.3:

- Execução de telhados com telhas em fibrocimento sobre estrutura de madeira (execução de no mínimo 2.000 m² de telhado);
- Impermeabilização de lajes com mantas asfálticas (execução de no mínimo 3.000 m² de impermeabilização de lajes).

9.3.6 Quanto à Capacitação Técnico-Operacional:

9.3.6.1 Apresentação de um ou mais atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante da obra, onde fique comprovado que a licitante executou obra cujas características, quantidades e complexidade técnica sejam equivalentes ou superiores às parcelas de maior relevância, considerando os seguintes quantitativos mínimos:

- Execução de telhados com telhas em fibrocimento sobre estrutura de madeira (execução de no mínimo 2.000 m² de telhado);
- Impermeabilização de lajes com mantas asfálticas (execução de no mínimo 3.000 m² de impermeabilização de lajes).

Adiante vejamos o que consta como solicitação para executar:

02.05.0		Cobertura				376.913,52
02.05.01	16.001.0060-A	MADEIRAMENTO PARA COBERTURA EM TELHAS ONDULADAS, CONSTITUÍDO DE PEÇAS DE 3"X3" E 3"X4 1/2", EM MADEIRA SERRADA, SEM TESOURA OU PONTALETE, MEDIDO PELA ÁREA REAL DO MADEIRAMENTO FORNECIDO	M2	3.489,94	R\$ 25,49	88.958,57
02.05.02	16.004.0030-A	Cobertura em telha modular de cimento, sem amianto, reforçada com fios sintéticos (CRFS) com 50cm de largura, espessura de 8mm, inclusive acessórios de fixação e vedação, exclusive madeiramento, FORNECIMENTO e COLOCAÇÃO	M2	3.489,94	R\$ 82,51	287.954,95
06.02.0		Impermeabilização				11.750,42
06.02.01	16.024.0005-A	IMPERMEABILIZAÇÃO ÁREA EXPOSTA, S/PROTEÇÃO MECÂNICA E S/TRANSITO, USANDO MANTA ASFÁLTICA AUTOPROTEGIDA NA FACE EXTERNA COM FILME DE ALUMÍNIO, TIPO III-B ESP. 4MM, APLICADA COM CHAMA DE MACARICO SOBRE PRIMER ASFÁLTICO, BASE ÁGUA OU SOLVENTE, CONSUMO DE 0,40KG/M2, INCLUSIVE ESTE	M2	193,20	R\$ 60,82	11.750,42

Como podemos verificar, além de não estarem seguindo o que a lei estabelece quanto aos quantitativos, temos itens muito mais relevantes nesta planilha do que o item de impermeabilização, por exemplo.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando, que a Douta CPL usou do excesso de formalismo e não buscou fundamento legal para formalizar suas exigências impostas em edital;

Considerando, que o TCU já proferiu diversas decisões sobre o excesso de rigorismo e a competitividade nas licitações públicas.

Considerando, que a nossa impossibilidade de participação por imposição de quantidades em qualificação técnica operacional, poderá colocar o certame em colapso caso tenhamos que recorrer as autoridades imediatamente superiores devido ao excesso de rigor e formalismo;

Resta claro que **a Douta Comissão Permanente de Licitação não possui dúvida alguma quanto a incorreta exigência de quantidades mínimas**, no que concerne a relevância técnica, diminuindo a competitividade, limitando o atendimento a todas as exigências do referido edital.

Na verdade a discussão sobre tal situação e condições que diminuem a possibilidade da efetivação da **contratação mais vantajosa a Administração Pública não é assunto desconhecido por nossa doutrina, Cortes de Contas, Órgão Públicos e Cortes de Justiça.**

Reformar o EDITAL, retirando a relevância quantitativa será a melhor decisão por entender que apresentamos uma farta bibliografia e jurisprudência que comprove que **tal atitude, não poderá ser mantida.**

E por assim se afirmar e estando fartamente demonstrados **NOSSO PEDIDO**, frente ao entendimento legal, jurisprudencial e doutrinário, **sobre pena de comprometimento da procedibilidade do certame.**

Diante da totalidade da argumentação acima exposta, respeitosamente pede e requer à **AVAL EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI** que **MAGNÍFICO REITOR – RAUL ERNESTO LOPEZ PALACIO** e ou Douta Comissão de Licitação receba e conheça o presente instrumento, para que proceda com a análise de pertinência dos argumentos aduzidos, e, ao fim, reforme a Relevância Técnica imposta em EDITAL de modo que possa ampliar a competitividade entre as licitantes.



3. DOS PEDIDOS

- Que reforme o EDITAL, retirando a relevância quantitativa, por entender que apresentamos uma farta bibliografia e jurisprudência que comprove que tal atitude, não poderá ser mantida;
- Que aceite o nossa IMPUGNAÇÃO, e reforme o EDITAL de forma que possa prosseguir com o certame pelas diversas jurisprudência que apresentamos;
- Que publique e informe a decisão desta Douta CPL;

É o que espera por ser medida de inteira justiça e pertinência específica aos mais consagrados princípios licitatórios.

Respeitosamente informamos que caso não seja deferido esta impugnação, iremos formalizar REPRESENTAÇÃO JUNTO AO TCE-RJ.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Campos dos Goytacazes, 29 de Abril de 2021.

Atenciosamente,



AVAL EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI
CNPJ sob o nº 17.361.354/0001-73

Em anexo:

- Cópia do contrato social;
- Cópia do documento do representante;

17.361.345/0001-73

**AVAL EMPREENDIMENTOS
E ENGENHARIA EIRELI**

Rua Manoel Ribeiro, 76

Parque Aurora - Cep. 28025-530

Campos dos Goytacazes - RJ